

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTO Nº , DE 2012.

(Do Sr. Fernando Jordão)

Solicito que sejam convidados o Sr. Júlio Bueno, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado do Rio de Janeiro, o Sr. Carlos Minc, Secretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Luiz Antonio Rodrigues Elias, Secretário Executivo do ministério de Minas e Energia, Arthur Otávio Scapin Jordão, prefeito da Cidade de Angra dos Reis, Dr. José Antônio Azevedo, presidente da Câmara Municipal de Angra dos Reis e Sr. Sérgio Machado, presidente da TRANSPETRO a fim de prestar esclarecimentos sobre a não liberação da licença para ampliação do Terminal de Petróleo da Baía da Ilha Grande - TEBIG.

Senhor Presidente da Comissão de Minas e Energia:

Nos termos do art. 58, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 24, inciso XIV e art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência, que, ouvido o Plenário da Comissão, se digne adotar as providências necessárias para convidar, o Sr. Júlio Bueno, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado do Rio de Janeiro, o Sr. Carlos Minc, Secretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Luiz Antonio Rodrigues Elias, Secretário Executivo do ministério de Minas e Energia, Arthur Otávio Scapin Jordão, prefeito da Cidade de Angra dos Reis, Dr. José Antônio Azevedo, presidente da Câmara Municipal de Angra dos Reis e Sr. Sérgio Machado, presidente da TRANSPETRO a fim de prestar esclarecimentos sobre a não liberação da licença para ampliação do Terminal de Petróleo da Baía da Ilha Grande – TEBIG, para justificar economicamente e financeiramente a escolha pela construção de um novo

terminal privado em detrimento da expansão de um terminal público que já funciona há mais de trinta anos, sem grandes impactos ao meio ambiente.

JUSTIFICAÇÃO

Na edição do jornal O Globo de 14 de janeiro de 2012, “Maricá terá megaporto de R\$ 5 bilhões até 2015”, que maravilha para o Estado do Rio de Janeiro e para a cidade de Maricá. “Terminal terá capacidade para receber 850 mil barris de petróleo por dia e será âncora do Comperj, em Itaboraí”. Na mesma reportagem, o representante da empresa DTA, afirma que o projeto tem apoio do governo do estado, que prometeu criar acessos ao novo porto a partir do Arco Rodoviário Metropolitano do Rio e conceder parte da Estrada de Ferro Leopoldina ao empreendimento. O porto deve destinar apenas 30% de sua capacidade à Petrobras, ou seja, a Petrobrás terá que pagar para utilizar as instalações do terminal. Além de o porto ser financiado pelo BNDES, uma empresa pública pagará indiretamente parte do financiamento contraído em um banco público.

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado, Sr. Júlio Bueno, confirmou que a iniciativa tem o apoio do governo estadual e que um estudo preliminar não detectou maiores problemas ambientais. Diz ainda o secretário, o porto pode ser o início da redução do Tebig, ou seja, é a chance de retirar a atividade de petróleo de um paraíso. Será que o secretário, perguntou a Petrobrás ou a Transpetro se elas têm interesse de parar de utilizar o terminal e jogar bilhões de investimento na lata do lixo? Será que o secretário parou para verificar como ficarão as finanças do município de Angra dos Reis e, se a população quer o fechamento do terminal? Será que ele verificou os planos de ampliação junto a Transpetro e sua viabilidade econômica e financeira?

Esperamos, pois, ver o presente requerimento aprovado pelo Plenário da Comissão e ainda que, a audiência possa ser realizada na cidade de Angra dos Reis, depois de recebido e processado pela douta Mesa.

Sala da Comissão, em de Março de 2012.

Deputado Fernando Jordão

PMDB/RJ